

Dívida Externa

Sarney suspende moratória dia 21

08015-0

17 SET 1988

BRASÍLIA — A assinatura do acordo de reescalonamento da dívida externa brasileira com os bancos credores internacionais está marcada para a próxima quinta-feira, dia 22, em Nova York. Na véspera, o Presidente José Sarney reunirá o Conselho de Segurança Nacional para anunciar o fim da moratória aos juros devidos aos bancos credores privados, declarada no dia 20 de fevereiro do ano passado. A reunião do Conselho, convocada ontem através de circular distribuída pelo Palácio do Planalto a todo o Ministério, justifica-se pelo fato de que foi nesse fórum que Sarney anunciou a decisão de suspender o pagamento dos juros aos bancos internacionais.

A moratória só estará eliminada

formalmente, porém, no dia 21, quando o Conselho Monetário Nacional revogará a resolução que regulamentou a interrupção do pagamento dos juros. O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que preside a reunião do CMN, estará presente em Nova York para a cerimônia de assinatura dos contratos. De lá, ele seguirá para Berlim Ocidental, para participar da reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial (Bird).

Está definitivamente afastada, portanto, a possibilidade de que a promulgação da Constituição ocorra antes da assinatura formal do acordo da dívida, o que obrigaria o encaminhamento dos termos do acordo à

aprovação prévia do Congresso Nacional. A conclusão do processo de negociação da dívida externa privada elimina também a possibilidade de que possa ser revisto o montante dos novos recursos com que se comprometaram os bancos credores — de US\$ 5,2 bilhões —, em função das novas estimativas elaboradas pelo Governo sobre o superávit da balança comercial este ano.

As informações transmitidas de Nova York ao Governo brasileiro pelo comitê assessor dos bancos indicam que foi assegurada a adesão integral dos credores ao financiamento de US\$ 5,2 bilhões previsto no acordo. O nível desses recursos foi calculado com base na previsão de um superávit de US\$ 13 bilhões na ba-

lança comercial brasileira, este ano. A estimativa de que o superávit de eleve pelo menos para US\$ 17 bilhões não terá, assim, qualquer repercussão sobre as condições financeiras do acordo.

A principal consequência da elevação do superávit será o acúmulo de reservas internacionais brasileiras em valor superior à meta inicial de US\$ 4,4 bilhões. Trata-se, como aviam fontes do governo, de um resultado altamente positivo. Em relação à política econômica interna, porém, as repercussões são negativas, na medida em que a elevação do superávit provoca descontrole na política monetária, com impacto sobre as taxas de inflação.